



SOCIEDADE

País mata ao menos 60 jovens a cada dia

Constatação é do *Atlas da Violência*. Quase 22 mil indivíduos, entre 15 e 29 anos, foram mortos em 2023

» FERNANDA STRICKLAND

Apesar da redução nos índices de homicídios no Brasil, nos últimos 10 anos, os jovens continuam sendo os mais vulneráveis à violência. Em 2023, 21.856 indivíduos entre 15 e 29 anos foram assassinados — uma média de 60 por dia. Quase metade dos crimes contra a vida no país nesse ano teve como alvo essa faixa etária.

O *Atlas da Violência 2025* — divulgado agora, mas fechado em 2024 com um compilado de dados de 2023 — apresenta números que apontam para uma queda de 23,7% na taxa de homicídios de jovens na última década. Mas os números seguem altos: em 2023, foram 45,1 homicídios por 100 mil indivíduos. A situação é ainda mais crítica entre os homens jovens, cuja taxa atingiu 83,3 por 100 mil — quase o dobro da média nacional.

Mas é ao cruzar os recortes de raça e renda que o cenário piora. O binômio desigualdade racial-violência apenas se intensifica. Em 2023, uma pessoa negra teve 2,7 vezes mais chances de ser assassinada do que uma não negra — um aumento de 15,6% em relação a 2013. Apesar da queda geral dos homicídios no país, essa redução foi significativamente maior entre os não negros.

A análise histórica dos dados entre 2013 e 2023 mostra que, além de serem proporcionalmente a principais vítimas, as pessoas pretas tiveram menos acesso a medidas de proteção e enfrentam um risco cada vez maior. Para os pesquisadores que elaboraram o *Atlas*, essa disparidade é reflexo direto do racismo estrutural, que soma-se à ausência de políticas públicas eficazes e permanentes para a juventude marginalizada.

Tomaz Silva/Agência Brasil



Se os jovens são as maiores vítimas da violência, entre os pretos e pobres as chances de serem assassinados aumentam quase três vezes



Jovens, negros e pobres, moradores das periferias e favelas, são as principais vítimas e autores da violência. Uma guerra se desenrola nos territórios vulnerabilizados

Vinicius do Carmo, sociólogo e economista

Segundo o sociólogo e economista Vinicius do Carmo, os dados deixam claro que a violência no Brasil tem cor, classe e CEP. “Jovens, negros e pobres, moradores das periferias e favelas, são as principais vítimas e autores da violência. Não apenas entre os criminosos, mas também nas forças policiais do Estado, encontra-se o mesmo perfil social e semelhante disposição geográfica. Trata-se de uma guerra cotidiana que se desenrola nos territórios vulnerabilizados, longe da narrativa dominante que foca no medo da classe média diante da criminalidade urbana. A violência no Brasil é um fenômeno social marcado por desigualdade

estrutural e concentração geográfica”, salienta.

Exclusão

A baixa renda atua como fator adicional de vulnerabilidade, agravando a exposição dos jovens negros à violência. Embora os dados não quantifiquem com a mesma precisão o peso da condição socioeconômica em relação à raça, especialistas apontam que esses fatores se entrelaçam: a juventude negra e periférica é a que mais morre e a que menos tem acesso à proteção e à Justiça.

Esse padrão se confirma também regionalmente. Em 2023, estados como Amapá (134,5 homicídios por 100 mil jovens) e Bahia

(113,7) apresentaram taxas mais de 12 vezes maiores que a de São Paulo (10,2). No Amapá e na Bahia, jovens negros são a grande maioria das vítimas.

A violência letal é, hoje, a principal causa de morte entre jovens, segundo o *Atlas*. Entre 2013 e 2023, 312.713 perderam a vida violentamente e muitos sequer chegaram à vida adulta.

Para Vinicius do Carmo, a ação dos governos — inclusive, o federal — tem sido insuficiente “para que possamos limitar drasticamente a exclusão social que alimenta esse processo de seleção adversa”. “Acho que existe muita verborragia do governo, principalmente em assuntos de desigualdade racial”, lamenta.

MEIO AMBIENTE

Desmatamento avança na área mais nobre da Mata Atlântica

» IAGO MAC CORD*

Apesar de a Mata Atlântica vir apresentando queda no desmatamento, essa diminuição é bem abaixo do esperado. Dados do *Atlas da Mata Atlântica 2023-2024*, divulgado ontem, mostram que a área total derrubada caiu 14% em 2024, mas a perda das matas maduras — com maior biodiversidade e estoque de carbono — teve redução de apenas 2%. O bioma abriga cerca de 70% da população e sustenta mais de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

Um dos sistemas de análise utilizados pelo estudo, o Sistema de Alertas de Desmatamento (SAD) da Mata Atlântica, detectou 71.109 hectares (ha) desmatados no total, incluindo florestas jovens e maduras. O volume representa uma queda de 14% em relação a 2023 (82.531 ha). Mas o sistema Atlas, que monitora as matas maduras, registrou a perda de 14.366 ha no período 2023-2024, redução de apenas 2% na comparação com os anos 2022-2023. Esse desmatamento equivale ao despejo de 6,9 milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera.

A pequena redução é a grande preocupação da pesquisa, pois, segundo o *Atlas da Mata Atlântica*, as florestas maduras são a “Arca de Noé” do bioma. A perda desse conjunto leva à extinção de espécies e compromete serviços ecossistêmicos essenciais, como produção de água e controle de doenças.

Luís Fernando Guedes, diretor-executivo da Fundação SOS Mata Atlântica, atribui a redução de 14% à inversão da trajetória de alta do desmatamento observada na gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. Para ele, o governo atual demonstra compromisso com o fim do desmatamento.

“Houve algumas mudanças importantes com o corte do crédito para áreas desmatadas ilegalmente, e embargos de áreas desmatadas também. Há uma sensação de diminuição da impunidade”, disse.

Guedes, porém, classificou a redução como “tímida” e “insuficiente” diante das necessidades de desmatamento zero. Ele explica que a maior parte da destruição concentra-se em regiões de transição com o Cerrado e a Caatinga,

Cassio Aranovich/Fundação SOS Mata Atlântica



Área “madura” abriga maiores biodiversidade e reservas de carbono

impulsionada, principalmente, pela expansão agrícola.

O desmatamento, segundo a Fundação SOS Mata Atlântica, concentra-se no Piauí, na Bahia, no Mato Grosso do Sul e no norte de Minas Gerais. O estudo aponta que Piauí e Bahia lideram o ranking do Sistema de Alertas de Desmatamento, com 26.030ha e 23.218ha desmatados, respectivamente. Na Bahia, a destruição de matas maduras deu um salto de aproximadamente 92%: passou de 2.456ha para 4.717ha.

“A principal ação para combater esse desmatamento é a aplicação da Lei da Mata Atlântica, que dispõe que o desmatamento nessas áreas deveria ocorrer somente em situações excepcionais de utilidade pública ou de interesse social”, salienta Guedes.

O principal vetor dessa destruição, segundo diretor-executivo da Fundação SOS Mata Atlântica, é a expansão da fronteira agropecuária, muitas vezes ocorrendo em terras privadas ou sem registro fundiário.

70%
da população brasileira vive na Mata Atlântica, bioma que sustenta aproximadamente 80% do PIB do país

O estudo mostra que a área média por desmatamento subiu, o que indica derrubadas maiores e mais concentradas. Além disso, eventos climáticos extremos também impactaram as áreas do bioma, como as fortes chuvas e deslizamentos no Rio Grande do Sul.

Para Guedes, o desmatamento zero é “possível e realista”, mas, para isso, é necessária a aplicação rigorosa da Lei da Mata Atlântica e a intensificação da fiscalização. “A gente precisa que o crédito seja cortado para quem faz desmatamento ilegal, que áreas sejam embargadas e os produtores não possam vender a safra. A gente também precisa de uma agenda positiva, de incentivo à floresta em pé e de pagamento pelos serviços ambientais”, explicou.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

RELIGIÃO

Reprodução/Rede sociais



Aline acusa frei por remoção do posto de madre-abadessa

Brasileira diz ter sido punida por machismo

Afastada do cargo de madre-abadessa do Mosteiro San Giacomo di Veglia após denúncias, a freira brasileira Aline Pereira Ghammachi acusa o Vaticano de tê-la punido sem que tivesse um julgamento justo. Ela também aponta o frei Mauro Giuseppe Lepori, seu superior, de estar por trás do afastamento e de usar como argumento a aparência da religiosa.

“Ele dizia que eu era bonita demais para ser abadessa, ou mesmo para ser freira. Falava em tom de piada, mas me expôs ao ridículo. Mostra a questão sexista, machista. Porque uma pessoa jovem e bonita deve ser burra. Não pode ser inteligente, tem que ficar calada”, acusou Aline, em entrevista ao jornal italiano *Il Gazzettino di Venezia*, da cidade onde fica o mosteiro em que era madre-abadessa.

As acusações contra Aline, que é natural do Amapá, vieram à tona há dois anos, quando quatro religiosas enviaram uma carta anônima ao papa Francisco acusando-a de destratar e manipular as demais freiras. A religiosa deixou o cargo em 28 de abril e, em seguida, 11 das 22 mulheres que viviam no mosteiro também saíram, em demonstração de apoio a Aline.

Ao *Il Gazzettino di Venezia*, a freira Maria Paola Dal Zotto defendeu a ex-madre-abadessa. “Foi inaugurado um tratamento medieval, um clima de calúnias e acusações infundadas contra a irmã Aline, que, por sua vez, é uma pessoa muito séria e escrupulosa e que nos últimos anos se tornou o ponto de referência para a comunidade”.

A freira brasileira enfrentou uma segunda investigação, no ano passado. A apuração foi conduzida por uma visitadora apostólica, que a classificou no inquérito como uma pessoa “desequilibrada”. “Ela não fez nenhum teste conosco. Apenas teve uma conversa”, relata Aline, que foi substituída por uma madre de 81 anos. Pior: soube que estava sendo removida do posto no mesmo dia da morte do papa Francisco.

“Aconteceu num dia de luto para a Igreja, e num dia em que não poderíamos recorrer a ninguém”, lamentou.

Aline está recorrendo no Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica. Ela também acredita que a assunção do papa Leão XIV ao trono de São Pedro a favoreça no julgamento do recurso.

“Acredito que seja positivo, porque ele luta pelos direitos humanos. E ele é um papa canonista, ou seja, é formado em direito canônico. Então, ele vai entender a lei. Isso para mim já fala muito. Eu não estou pedindo nada mais do que a lei. Não tive direito de defesa. Fui colocada para fora do mosteiro, sem motivação. Estamos recorrendo no Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica. Por que aconteceu? Porque sou mulher? Porque sou jovem? Porque, principalmente nesse contexto, sou brasileira?”, indagou a freira. O Vaticano não comenta o episódio.